

**Balanços patrimoniais**  
**em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**  
**(em milhares de reais)**

<b>Ativo</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Circulante</b>		<b>2.044.225</b>	<b>1.223.769</b>
Caixa e equivalentes de caixa	6	578.648	467.630
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	7	740.544	622.397
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	8	503.016	-
Contas a receber CDE - Decreto nº 8.221/2014		-	11.363
Tributos a compensar	9	40.579	47.552
Caução de fundos e depósitos vinculados		7.776	8.782
Outros créditos		173.662	66.045
<b>Não circulante</b>		<b>3.757.767</b>	<b>3.377.611</b>
Parcelamentos de débitos e supridores	7	28.024	32.251
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	8	284.019	-
Tributos a compensar	9	80.770	62.936
Caução de fundos e depósitos vinculados		10.471	12.595
Depósitos judiciais	10	102.081	88.642
Tributos diferidos	26	764.915	828.465
Outros créditos		42.159	42.566
Ativo indenizável (concessão)	11.1	700.242	590.951
Ativo intangível	11.2	1.727.147	1.708.026
Imobilizado		17.939	11.179
<b>Total do ativo</b>		<b>5.801.992</b>	<b>4.601.380</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Balanços patrimoniais**  
**em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**  
**(em milhares de reais)**

<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Notas</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Circulante</b>		<b>1.052.387</b>	<b>808.162</b>
Fornecedores e supridores de energia elétrica	12	488.071	468.013
Empréstimos e financiamentos	13	65.459	60.871
Debêntures	14	65.294	63.933
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	8	171.745	-
Tributos a recolher	15	124.072	116.386
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	17	54.330	46.913
Obrigações P&D e eficiência energética	18	26.352	8.850
Outros passivos		57.064	43.196
<b>Não circulante</b>		<b>2.529.346</b>	<b>1.740.463</b>
Empréstimos e financiamentos	13	1.092.596	525.892
Debêntures	14	972.502	968.276
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	8	215.571	-
Obrigações P&D e eficiência energética	18	15.346	29.998
Provisão para ações judiciais e regulatórias	20	219.088	202.733
Outros passivos		14.243	13.564
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>2.220.259</b>	<b>2.052.755</b>
Capital social	21	952.492	952.492
Reservas de capital		765.882	765.882
Reservas de lucros		171.422	171.422
Dividendos adicionais propostos		330.463	162.959
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>5.801.992</b>	<b>4.601.380</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração de resultados**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**  
**(em milhares de reais, exceto lucro por ação)**

	<b>Notas</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Receitas operacionais líquidas</b>	22	<b>4.762.815</b>	<b>3.549.334</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica e operação</b>		<b>(3.558.953)</b>	<b>(2.585.347)</b>
Energia comprada para revenda	23	(3.012.488)	(2.077.278)
Custos operacionais	24	(394.631)	(361.027)
Depreciação		(3.083)	(4.453)
Amortização de ativo intangível	11.2	(148.751)	(142.589)
Custo de construção		(295.195)	(313.272)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>908.667</b>	<b>650.715</b>
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(158.521)</b>	<b>(150.645)</b>
Despesas com vendas	24	(16.522)	(15.504)
Despesas gerais e administrativas	24	(73.572)	(60.539)
Outras despesas operacionais líquidas	24	(68.427)	(74.602)
<b>Resultado do serviço</b>		<b>750.146</b>	<b>500.070</b>
Resultado financeiro líquido	25	(114.220)	(50.214)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>635.926</b>	<b>449.856</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	26	(196.896)	(126.162)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>439.030</b>	<b>323.694</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação (expresso em reais):</b>			
<b>Preferencial</b>		2,36793	1,74586
<b>Ordinária</b>		2,15267	1,58715

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração do resultado abrangente  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013  
(em milhares de reais)**

	<b>Notas</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>439.030</b>	<b>323.694</b>
<b>Outros resultados abrangentes do exercício</b>		<b>1.588</b>	<b>10.627</b>
Ganhos e perdas atuariais imediatamente reconhecidas	19.1	(40.994)	202.254
Efeito do limite do ativo de benefício definido	19.1	43.401	(186.152)
Tributo diferido sobre ajustes atuariais	26	(819)	(5.475)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>		<b>440.618</b>	<b>334.321</b>

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013  
(em milhares de reais)**

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de capital</b>	<b>Reservas de lucro/legal</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Dividendos adicionais propostos</b>	<b>Outros resultados abrangentes</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>952.492</b>	<b>765.882</b>	<b>171.422</b>	-	<b>46.576</b>	-	<b>1.936.372</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	323.694	-	-	<b>323.694</b>
Outros resultados abrangentes:							
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	10.627	<b>10.627</b>
Reclassificação requerida parágrafo 93 d do CPC 33	-	-	-	10.627	-	(10.627)	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(46.576)	-	<b>(46.576)</b>
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(78.311)	-	-	<b>(78.311)</b>
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(93.051)	-	-	<b>(93.051)</b>
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(162.959)	162.959	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>952.492</b>	<b>765.882</b>	<b>171.422</b>	-	<b>162.959</b>	-	<b>2.052.755</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	439.030	-	-	<b>439.030</b>
Outros resultados abrangentes:							
Ganhos e perdas atuariais líquidos	-	-	-	-	-	1.588	<b>1.588</b>
Reclassificação requerida parágrafo 122 do CPC 33 (R1)	-	-	-	1.588	-	(1.588)	-
Dividendos propostos e pagos	-	-	-	-	(162.959)	-	<b>(162.959)</b>
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	(12.687)	-	-	<b>(12.687)</b>
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(94.108)	-	-	<b>(94.108)</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(3.360)	-	-	<b>(3.360)</b>
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(330.463)	330.463	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>952.492</b>	<b>765.882</b>	<b>171.422</b>	-	<b>330.463</b>	-	<b>2.220.259</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013**  
**(em milhares de reais)**

	Notas	2014	2013
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		<b>439.030</b>	<b>323.694</b>
<b>Itens do lucro líquido que não afetam caixa</b>		<b>539.257</b>	<b>407.596</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	38.013	38.991
Juros e variações monetárias e cambiais		215.614	134.746
Depreciações e amortizações		151.834	147.042
Perda / (ganho) na baixa de ativos intangíveis e financeiros indenizáveis		14.199	10.031
Plano de pensão	19.1	2.407	16.102
Plano especial de aposentadoria		37	(3.643)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	20	24.817	25.710
Tributos diferidos	26	62.731	22.083
Marcação a mercado - ativo financeiro	11.1	(11.706)	(18.814)
Programa de P&D e eficiência energética		41.128	32.324
Pagamentos baseados em ações		183	3.024
<b>Variações no ativo e passivo operacional</b>		<b>(847.411)</b>	<b>(174.752)</b>
Contas a receber		(151.933)	(25.714)
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	8	(787.035)	-
Tributos a compensar	9	(10.861)	1.762
Contas a receber CDE - Decreto nº 8.221/2014		11.363	(11.363)
Outros créditos		(123.693)	(37.708)
Juros pagos (empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil)		(153.532)	(68.677)
Fornecedores e supridores de energia elétrica e encargos do consumidor	12	23.521	23.267
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros		387.316	-
Tributos a recolher		174.877	127.705
Imposto de renda e contribuição social pagos		(181.307)	(128.573)
Pagamento de ações judiciais e regulatórias	20	(8.462)	(9.651)
Plano especial de aposentadoria		(2.926)	(4.854)
Programa de P&D e eficiência energética		(41.842)	(35.301)
Outros passivos		17.103	(5.645)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>130.876</b>	<b>556.538</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(274.686)</b>	<b>(285.857)</b>
Adições ao ativo intangível, ativo indenizável e o imobilizado	11.1 e 11.2	(295.196)	(313.274)
Valor pago na baixa do ativo intangível, ativo indenizável e imobilizado		15.540	7.237
Caução de fundos e depósitos vinculados		4.970	20.180
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<b>254.828</b>	<b>(386.199)</b>
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	16	(255.638)	(282.139)
Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil (principal)		(96.937)	(443.475)
Captação de empréstimos		607.403	339.415
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>111.018</b>	<b>(115.518)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	6	467.630	583.148
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6	578.648	467.630
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>111.018</b>	<b>(115.518)</b>

**Demonstração do valor adicionado  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013  
(em milhares de reais)**

	<b>Notas</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Receitas</b>		<b>6.449.477</b>	<b>4.801.528</b>
Vendas de energia e serviços	22	5.772.302	4.504.093
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	8	399.719	-
Receita de construção	22	295.195	313.274
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida		(21.106)	(20.399)
Outras receitas		3.367	4.560
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		<b>(3.878.489)</b>	<b>(2.859.356)</b>
Energia comprada bruta	23	(3.283.490)	(2.276.134)
Materiais	24	(36.991)	(35.831)
Serviço de terceiros	24	(117.777)	(112.450)
Custo de construção		(295.195)	(313.274)
Outros custos operacionais		(145.036)	(121.667)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>2.570.988</b>	<b>1.942.172</b>
Depreciação e amortização		(151.834)	(147.042)
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>2.419.154</b>	<b>1.795.130</b>
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	25	138.828	124.204
<b>Valor adicionado a distribuir</b>		<b>2.557.982</b>	<b>1.919.334</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		<b>2.557.982</b>	<b>1.919.334</b>
Pessoal		228.010	214.353
Impostos, taxas e contribuições		1.560.316	1.148.459
Federais		602.244	391.942
Estaduais		957.776	756.259
Municipais		296	258
Encargos setoriais e outros		77.672	58.528
Despesas financeiras e variações monetárias e cambiais		252.954	174.300
Juros sobre o capital próprio		94.108	93.051
Dividendos distribuídos		16.047	78.311
Dividendos propostos		328.875	152.332

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

**ELEKTRO ELETRICIDADE E SERVIÇOS S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**  
**(em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**1. A COMPANHIA, SUAS OPERAÇÕES E A CONCESSÃO**

A Elektro Eletricidade e Serviços S.A. ("Elektro" ou "Companhia"), com sede no município de Campinas, em São Paulo, é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os seus negócios, incluindo os serviços prestados e as tarifas cobradas, são regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

A área de concessão da Companhia é constituída por 228 municípios, dos quais 223 estão em São Paulo, e os outros 5 em Mato Grosso do Sul. A concessão do serviço público de energia se deu pelo Contrato de Concessão de Distribuição nº 187/98, com vencimento em 2028, podendo ser prorrogado por no máximo 30 anos, por requerimento da concessionária e a critério da ANEEL.

As principais obrigações previstas no contrato de concessão consistem em fornecer energia elétrica a consumidores de sua área de concessão, realizar as obras necessárias à prestação dos serviços e manter inventário dos bens vinculados à concessão. É vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador. Ao final da concessão, esses bens serão revertidos automaticamente ao Poder Concedente, procedendo-se às avaliações e determinação do valor de indenização à concessionária (vide nota 11.1).

O preço dos serviços prestados aos consumidores é regulado e tem a seguinte composição: Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais, dentre outros, para os quais a legislação e a regulação garantem a neutralidade tarifária) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital - remuneração do investimento e quota de reintegração / depreciação regulatória). Os mecanismos de ajuste são o reajuste tarifário anual e revisão tarifária ordinária a cada quatro anos.

Como resultado da Audiência Pública nº 061/2014, em 10 de dezembro de 2014 foi aprovado o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Companhia, estabelecendo que, em caso de extinção da concessão, além dos valores de indenização decorrentes de investimentos não amortizados ou depreciados no curso da concessão, também serão objeto de indenização ou devolução pelo Poder Concedente, os saldos remanescentes apurados de itens da Parcela A da tarifa e outros componentes financeiros que não tenham sido recuperados ou devolvidos através do(s) ciclo(s) tarifário(s) (vide nota 8).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia de capital aberto e tem suas ações (0,32% do capital total) negociadas na BM&FBovespa.

**Aprovação das Demonstrações Financeiras**

A apresentação das Demonstrações Financeiras anuais foi aprovada e autorizada pelo Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 24 de Fevereiro de 2015, para divulgação na mesma data.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Companhia revisou durante o exercício de 2014 a alocação de determinados gastos com pessoal entre despesas operacionais e custos. Para melhor apresentação e comparabilidade das demonstrações financeiras, a Companhia também reclassificou e reapresenta o montante de R\$12.838 de "outras despesas operacionais líquidas" para "custos operacionais" na demonstração do resultado do exercício de 2013.



Desta forma, as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente e estão consistentes com o exercício anterior apresentado.

### **3. ALTERAÇÕES E ATUALIZAÇÕES NA LEGISLAÇÃO REGULATÓRIA**

#### **3.1 Reajuste Tarifário**

O reajuste tarifário anual aconteceu no dia 27 de agosto de 2014, conforme previsto no Contrato de Concessão. O reajuste médio foi de 37,78% e permitirá, ao longo do próximo ano regulatório, a recuperação gradual do caixa da Companhia, que apresenta descasamento decorrente dos aumentos nos custos.

#### **3.2 Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.945/13**

O Governo Federal oficializou por meio da referida lei, a redução nos encargos de energia elétrica e as regras para renovação das concessões de Geração, Transmissão e Distribuição vincendas entre 2015 e 2017. Esta Lei permitiu àqueles concessionários a possibilidade de prorrogar suas concessões pela antecipação dos contratos mediante condições específicas previamente estabelecidas. A antecipação das prorrogações das concessões afetadas pela Lei nº 12.783/13 não causou impactos no contrato de concessão da Elektro, uma vez que este tem vigência até 2028.

Como resultado das novas regras estabelecidas pela Lei nº 12.783/13, algumas geradoras decidiram pela não renovação das concessões. Além disso, houve a rescisão de contratos dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização de algumas usinas pela ANEEL e atraso na operação comercial de outras usinas. Desta forma, a insuficiência de contratos fez com que as distribuidoras tivessem que comprar essa energia no mercado de curto prazo, gerando custos elevados na compra de energia. Somam-se a isso as condições hidro energéticas desfavoráveis desde o último trimestre de 2012, levando ao despacho das usinas térmicas, cujos preços são bem mais elevados, e o início da contabilização pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) das perdas nas Demais Instalações de Transmissão (DIT) o que resultou em um volume maior de energia comprada no mercado de curto prazo. O Governo Federal, dentre outras medidas, emitiu os Decretos nº 7.891/13 e nº 7.945/13, que incluíram a possibilidade de repasses de recursos de CDE para neutralizar a exposição das concessionárias de distribuição no mercado de curto prazo e cobrir o custo adicional decorrente do despacho de usinas termelétricas (vide nota 23).

#### **3.3 Decretos nº 8.203/14 e nº 8.221/14**

Em março, foi publicado o Decreto nº 8.203/14, que alterou novamente o Decreto nº 7.891/13. O novo decreto orientou a utilização dos recursos da CDE para neutralizar também a exposição involuntária decorrente da compra frustrada no leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes realizado em dezembro de 2013. O repasse destes recursos referiu-se apenas à competência de janeiro de 2014 e o montante repassado para a Companhia, conforme Despacho ANEEL nº 515/14, foi de R\$ 100.161.

Ainda atuando de forma a reduzir os impactos informados anteriormente, em 1º de abril de 2014 foi publicado o Decreto nº 8.221/14 que define a criação pela CCEE da Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR com a destinação de cobrir, total ou parcialmente, as despesas de exposição involuntária no mercado de curto prazo e despacho de térmicas vinculadas a CCEARs, na modalidade por disponibilidade, e normatizando o procedimento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para contratação de empréstimos junto a bancos, a fim de obter os fundos necessários para viabilizar os pagamentos às empresas distribuidoras do incremento de custos de energia aos quais as mesmas estiveram expostas devido aos fatores anteriormente mencionados. Subsequentemente, em 16 de abril de 2014, a ANEEL emitiu a Resolução nº 612/14 e em 22 de abril de 2014 o Despacho nº 1.256/14, detalhando o funcionamento da CONTA-ACR e homologando os valores repassados pela CCEE às empresas distribuidoras, relativamente à competência de fevereiro de 2014.

Em 25 de abril de 2014 foi assinado um Contrato de Financiamento da Operação ACR – Ambiente de Contratação Regulada pela CCEE, junto a diversas instituições financeiras, com limite total de até R\$11,2 bilhões, repassados às distribuidoras que incorreram nos custos adicionais descritos acima. Tendo em vista que tal montante se mostrou insuficiente para a finalidade desejada, em 15 de agosto de 2014 foi assinado novo Contrato de Financiamento, no valor adicional de R\$ 6,6 bilhões. A CCEE liquida esse compromisso financeiro com o recebimento das parcelas vinculadas ao pagamento das

obrigações de cada distribuidora junto à CCEE. Essas parcelas eram estabelecidas mensalmente pela ANEEL para cada empresa distribuidora de energia e não possuíam nenhuma vinculação com o valor de reembolso recebido por meio da operação de empréstimo captado pela CCEE. A Companhia não disponibilizou nenhuma garantia direta ou indireta para esse contrato.

Os custos cobertos por essa operação deveriam compreender o período de fevereiro a dezembro de 2014, porém foram parcialmente suficientes. Assim, em dezembro de 2014, a Companhia havia recebido R\$ 963.174 (nota 23) para a cobertura de custos. O valor recebido por competência é assim apresentado:

Competência	fevereiro/14	março/14	abril/14	maio/14	junho/14	julho/14	agosto/14	setembro/14	outubro/14	Total
Despacho ANEEL nº	1.256/14	1.443/14	1.696/14	2.866/14	3.017/14	3.588/14	3.968/14	4.288/14	4.657/14	
Valor	305.162	274.914	150.653	88.515	18.550	20.514	17.335	56.555	30.976	<b>963.174</b>

#### 4. PRÁTICAS CONTÁBEIS GERAIS

##### a. Estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, mais do que isso, torna necessário um exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as Demonstrações Financeiras, segundo avaliação da Elektro, são: registro de receita não faturada e respectivas contas a receber; custo de energia; vida útil do ativo imobilizado, vida útil da infraestrutura utilizada para cálculo da depreciação regulatória a ser inserida na tarifa e também como base para amortização do intangível; provisão para crédito de liquidação duvidosa; avaliação de ativos e passivos financeiros ao valor justo e análise de sensibilidade; provisão para ações judiciais e regulatórias; premissas atuariais do plano de pensão; e provisão do plano de incentivo baseado em ações.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das Demonstrações Financeiras, estão descritas a seguir.

##### b. Instrumentos Financeiros

A Elektro classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias.

##### b.1) Ativos Financeiros

**Empréstimos e Recebíveis:** O reconhecimento inicial é efetuado pelo seu valor justo e ajustado pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método da taxa de juros efetiva, e por qualquer ajuste para redução do seu valor recuperável ou de liquidação duvidosa. A Companhia classifica os saldos de consumidores, parcelamento de débitos e supridores, e os valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros nessa categoria.

**Disponíveis para venda:** O reconhecimento inicial e subsequente é feito pelo valor justo; a Companhia avalia, ao final de cada exercício, se houve perda ou ganho no valor recuperável de seus ativos financeiros e, se aplicável, procede com a respectiva contabilização. A Companhia classifica o ativo indenizável referente à concessão nessa categoria (vide nota 11.1).

**Mantidos para negociação:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo; alterações posteriores são refletidas no resultado do exercício em que ocorram (valor justo por meio do resultado). A Companhia tem como principais ativos mantidos para negociação os equivalentes de caixa, caução de fundos e depósitos vinculados (vide nota 6).

##### b.2) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado", empréstimos e financiamentos ou itens objeto de *hedge*. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e supridores de energia elétrica, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros e outras contas a pagar.

Os itens objeto de *hedge* da Companhia são mensurados ao valor justo através do resultado e estão atrelados a derivativos designados como um instrumento de *hedge* efetivo.

Após o reconhecimento inicial pelo valor justo, líquido dos custos da transação, quando sujeitos a juros, os empréstimos e financiamentos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

#### **c. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real. Para as transações denominadas em moeda estrangeira os ativos e passivos monetários indexados em moeda estrangeira são convertidos para reais usando-se a taxa de câmbio vigente na data de fechamento dos respectivos balanços patrimoniais. As diferenças decorrentes da conversão de moeda são reconhecidas no resultado.

#### **d. Redução ao valor recuperável de ativos de vida longa ou indefinida**

A Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado, considerando as operações da Companhia e se alguma perda for mensurada, será imediatamente reconhecida no resultado. A Companhia verificou que não há qualquer indicador de desvalorização que requeira qualquer provisionamento.

### **5. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS**

#### **a) Normas aplicadas pela primeira vez em 2014:**

As normas e procedimentos emitidos e revisados que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 foram analisados e os impactos estão mencionados a seguir:

A Orientação Técnica OCPC 08 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, normatizou o reconhecimento de determinados ativos e passivos nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das distribuidoras de energia elétrica, emitidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Por conta da alteração nos Contratos de Concessão mencionada na nota 1, a Companhia passou a reconhecer como ativo financeiro e/ou passivo financeiro os efeitos econômicos e financeiros das variações dos valores referentes aos custos incorridos na distribuição de energia elétrica, que não estão previstos na tarifa do faturamento em vigor e que serão incluídas na tarifa em reajuste ou revisão tarifária futuros, relativos à Parcela A da tarifa e outros itens financeiros. Os impactos da aplicação desse pronunciamento nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014 foi o reconhecimento de valores a receber e a devolver de Parcela A e outros itens financeiros em contrapartida da receita de vendas no montante líquido de R\$ 399.719 (vide nota 8).

O aditamento do Contrato de Concessão mencionado na nota 1 constitui uma nova situação e, consequentemente, os efeitos contábeis da sua aplicação foram reconhecidos prospectivamente.

#### **b) Normas que ainda não estavam em vigor:**

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018)	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.
IFRS 15 Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2017)	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Alteração IAS 16 e IAS 38 Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016)	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.
Alteração IAS 1 (Vigência a partir de 01/01/2016)	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.
IFRS 7 Contratos de serviços (Vigência a partir de 01/01/2016)	Contratos de serviços (parágrafos B30 e 42C) atendem a definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação.
IAS 19 Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016)	Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço.

IFRS 5 Reclassificação de ativo não circulante mantido para venda e mantido para distribuição aos sócios/acionistas (Vigência a partir de 01/01/2016)	Esclarece as circunstâncias em que uma entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas (e vice-versa) e os casos em que ativos mantidos para distribuição aos sócios/acionistas não atendem mais o critério para manterem esta classificação.
---	---

A Companhia não espera impactos relevantes quando essas normas entrarem em vigor.

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os ativos registrados nesta categoria, no montante de R\$ 578.648 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 467.630 em 2013) referem-se a títulos de renda fixa (CDB e debêntures), com taxas pós-fixadas, indexados à variação diária dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2014 a variação média estava em 101,57% do CDI. Essas aplicações apresentam alta liquidez e podem ser resgatadas a qualquer momento, e não possuem risco significativo de perda de valor.

A Elektro possui política de Tesouraria na qual são estabelecidos os critérios de aplicação dos recursos disponíveis no caixa da Companhia, sendo os principais: (i) o *rating* de crédito mínimo que as Instituições Financeiras devem ter com pelo menos uma das Agências de Classificação de Risco (Standard & Poor's, Moody's ou Fitch Rating) e (ii) os limites máximos de exposição com cada instituição.

## 7. CONSUMIDORES, PARCELAMENTOS DE DÉBITOS E SUPRIDORES

	31/12/2014				31/12/2013			
	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total	A Vencer	até 90 dias Vencidos	(+) 90 dias Vencidos	Total
Fornecimento	225.599	152.265	26.778	404.642	224.175	111.520	24.741	360.436
Outras contas a receber	381.512	5.193	19.657	406.362	314.295	3.390	19.246	336.931
Receita não faturada	318.588	-	-	318.588	242.338	-	-	242.338
Parcelamentos de débitos	46.049	5.193	19.657	70.899	39.662	3.390	19.246	62.298
Supridores	19.004	-	-	19.004	23.951	-	-	23.951
Outros	(2.129)	-	-	(2.129)	8.344	-	-	8.344
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(10.588)	-	(31.848)	(42.436)	(10.712)	-	(32.007)	(42.719)
<b>Total</b>	<b>596.523</b>	<b>157.458</b>	<b>14.587</b>	<b>768.568</b>	<b>527.758</b>	<b>114.910</b>	<b>11.980</b>	<b>654.648</b>
Circulante	568.499	157.458	14.587	740.544	495.507	114.910	11.980	622.397
Não circulante	28.024	-	-	28.024	32.251	-	-	32.251

Em 31 de dezembro de 2014 o giro médio das contas a receber de energia de clientes finais era de 30 dias. A Administração da Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, de acordo com critérios estabelecidos pelo regulador e que estejam de acordo com as normas contábeis. Adicionalmente, a Companhia realiza análises individuais de acordo com o histórico de inadimplemento de clientes considerados críticos.

Sobre as faturas atrasadas incidem juros de 1% ao mês, além de multa de 2% e atualização monetária pelo IGP-M.

O saldo dos Supridores refere-se a transações no âmbito da CCEE no período do racionamento de energia elétrica, entre 2000 e 2002, sendo: (i) R\$14.995 referentes a liminares interpostas junto à CCEE por agentes do setor; e (ii) R\$ 4.009 referentes a acordos bilaterais em negociação, e estão registrados no ativo não circulante. De acordo com o parecer emitido por seus assessores jurídicos, a Companhia não espera incorrer em perdas na realização desses valores.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa apresenta a seguinte movimentação:

	31/12/2013	Adições	Reversão da Provisão	Baixas de Incobráveis	31/12/2014
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	42.719	45.958	(7.945)	(38.296)	42.436

## 8. VALORES A RECEBER E A DEVOLVER DE PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS

Valores a receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros	Item	Valores em amortização	Valores em Constituição	Saldo em 31/12/2014
<b>CVA - Parcela A a receber</b>		<b>194.082</b>	<b>198.757</b>	<b>392.838</b>
Aquisição de Energia		176.575	164.430	341.005
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		2.830	-	2.830
Transporte Rede Básica		6.619	25.185	31.803
Transporte de Energia - Itaipu		30	920	950
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		8.028	8.222	16.250
<b>Outros Itens Financeiros a receber</b>		<b>106.063</b>	<b>288.133</b>	<b>394.197</b>
Quota Parte de Energia Nuclear	8.2	10.606	7.521	18.128
Sobrecontratação de Energia	8.3	91.808	280.612	372.420
CUSD/DIT		93	-	93
Perdas na DIT	8.4	3.556	-	3.556
<b>Total Valores a receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros</b>		<b>300.145</b>	<b>486.890</b>	<b>787.035</b>
<b>Ativo Circulante</b>				<b>503.016</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				<b>284.019</b>

  

Valores a devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros	Item	Valores em amortização	Valores em Constituição	Saldo em 31/12/2014
<b>CVA - Parcela A a devolver</b>		<b>36.995</b>	<b>161.268</b>	<b>198.263</b>
Custo da Energia de Itaipu		-	34.890	34.890
Encargos de Serviços de Sistema - ESS		36.995	126.378	163.373
<b>Outros Itens Financeiros a devolver</b>		<b>66.382</b>	<b>122.671</b>	<b>189.053</b>
Neutralidade da Parcela A	8.5	4.689	2.815	7.504
Diferimento de reposição na revisão tarifária periódica	8.6	61.636	-	61.636
Energia Livre	8.7	-	11.251	11.251
TUSD-G	8.8	-	35.347	35.347
Baixa Renda	8.9	-	73.258	73.258
DIC/FIC		57	-	57
<b>Total Valores a devolver de Parcela A e Outros Itens Financeiros</b>		<b>103.377</b>	<b>283.939</b>	<b>387.316</b>
<b>Passivo Circulante</b>				<b>171.745</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>				<b>215.571</b>

A alteração nos Contratos de Concessão mencionada na nota 1 possibilitou o reconhecimento dos saldos relativos à Parcela A e outros itens financeiros, conforme preconizado pelo OCPC 08 (vide nota 5.a). A natureza dos saldos reconhecidos está descrita a seguir:

### 8.1 . Conta de compensação de variação de itens da Parcela A – CVA

Os valores a receber e a devolver de Parcela A referem-se às variações entre os gastos não gerenciáveis efetivamente incorridos e os gastos reconhecidos no momento da fixação da tarifa nas revisões tarifárias e/ou nos reajustes tarifários. Estes valores garantem a neutralidade tarifária da Parcela A.

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.778, de 19 de agosto de 2014, a ANEEL homologou os valores de CVA a receber no montante de R\$ 265.553, que compreendem o período de 27 de agosto de 2013 a 26 de agosto de 2014. O montante da CVA homologada está líquido dos recebimentos ocorridos entre a data da homologação e 31 de dezembro de 2014.

Os saldos em constituição referem-se à apuração do saldo de CVA no período de 27 de agosto a 31 de dezembro de 2014, de acordo com legislação e regras específicas em vigor.

## **8.2. Quota Parte de Energia Nuclear**

Desde de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 é rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN.

A Resolução Homologatória nº 1.778, de 19 de agosto de 2014, homologou o montante a receber de R\$ 17.986, referente ao ano de 2014 (R\$ 8.874) e ao período de janeiro a julho de 2015 (R\$ 9.112) e em 31 de dezembro de 2014 representa o saldo de R\$ 10.606.

O montante de R\$ 7.521, referente ao período de agosto a dezembro de 2015, deverá ser homologado no próximo reajuste tarifário em agosto de 2015.

## **8.3. Sobrecontratação de Energia**

O órgão regulador determina o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, desde que estejam dentro do limite de até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição.

Diferentemente dos itens de CVA, que considera os custos incorridos no período tarifário, este componente financeiro é calculado com base na exposição ao mercado de curto prazo do ano civil anterior à data do reajuste tarifário.

A Resolução Homologatória nº 1.778, de 19 de agosto de 2014, homologou uma exposição ao mercado de curto prazo de 1.881.265 MWh que representou a constituição de ativo no montante de R\$ 323.440, referente ao exercício de 2013, e deduziu os valores já repassados pela CDE à Concessionária no mesmo período, no montante de R\$ 159.417. O Decreto nº 5.163/04, artigo 28, dispõe sobre as regras de comercialização que preveem mecanismos específicos para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças de preços entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem os CCEARs na modalidade de quantidade de energia. Em relação à exposição por diferenças de preços entre submercados, a ANEEL homologou o valor da exposição a devolver, apurada no exercício de 2013, atualizado pelo IPCA, em R\$ 8.384.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante a receber de sobrecontratação de energia e submercados é de R\$ 91.808. O saldo em constituição de R\$ 280.612, refere-se a exposição involuntária no mercado de curto prazo e diferenças de preços entre submercados, deduzido do repasse CDE e ACR no exercício de 2014.

## **8.4. Perdas na DIT – Demais Instalações de Transmissão**

Em decorrência do Pedido de Reconsideração interposto pela Elektro, que ensejou a alteração do percentual de perdas na rede básica e DIT de uso compartilhado e do recálculo da Sobrecontratação/Exposição da energia do exercício de 2012, cuja análise consta da Nota Técnica nº 265, de 7 de agosto de 2014, foi considerado, no Reajuste Tarifário de 2014, um item financeiro referente às perdas na DIT no valor de R\$ 6.028 a receber, devidamente atualizado pelo IGP-M para agosto de 2014. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo em amortização é de R\$ 3.556.

## **8.5. Neutralidade dos encargos setoriais na Parcela A**

Em conformidade ao disposto na Subcláusula Décima da Cláusula Oitava do Contrato de Concessão, a neutralidade dos encargos refere-se ao cálculo das diferenças mensais apuradas entre os valores de cada item dos encargos setoriais faturados no período de referência e os respectivos valores contemplados no processo tarifário anterior. O total das diferenças a devolver aos consumidores em tarifa referente ao período de agosto de 2013 a julho de 2014, atualizadas pela taxa SELIC, representa um saldo passivo no montante de R\$ 7.947, assim homologado no reajuste tarifário de 2014. O saldo remanescente a amortizar em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 4.689.

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo em constituição é de R\$ 2.815 e deverá ser considerado nos próximos processos tarifários.

## **8.6. Diferimento de reposição na revisão tarifária periódica**

Conforme estabelecido na Resolução Homologatória nº 1.329/12, o ajuste financeiro relativo à postergação da Revisão Tarifária Periódica de 2011, correspondente aos efeitos tarifários retroativos a 27 de agosto de 2011, foi considerado como componente financeiro nos reajustes tarifários subsequentes (anos 2012, 2013 e 2014).



O valor anual da diferença de receita em questão foi devidamente apurado e atualizado mensalmente pela variação do IGP-M até agosto de 2012, perfazendo o montante a devolver total de R\$ 253.447. Com o objetivo de evitar uma redução significativa na tarifa em 2012, a ANEEL permitiu a devolução deste montante em 3 períodos tarifários, sendo a última amortização em julho de 2015. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo restante a amortizar representa passivo no montante de R\$ 61.636.

### **8.7 RTE – Energia Livre**

Devido a uma liminar da região de Presidente Prudente, que impedia o faturamento dos adicionais tarifários relacionados à Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) ocorrida após o Programa de Racionamento de 2001/2002, o período de cobrança naquela região foi postergado, tendo início apenas após a recuperação integral das perdas de racionamento pela Elektro, representando então um passivo no montante de R\$ 11.251, e que deverá ser homologado nos próximos processos tarifários.

### **8.8. Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição para Unidades Geradoras - TUSD-G**

A ANEEL, através de resoluções específicas, determinou a cobrança da referida tarifa (TUSD), que remunera todas instalações, equipamentos e componentes da rede de distribuição utilizados para levar a energia aos consumidores conectados à área de concessão da Elektro.

Estas resoluções abrangem 5 usinas conectadas à rede de distribuição da Elektro: UHE Nova Avanhandava, de propriedade da AES Tietê; UHE Jupia e UHE Paraibuna, de propriedade da CESP; UHE Rosana, de propriedade da Duke Energy; e UTE Três Lagoas, de propriedade da Petrobrás.

A Elektro efetua a cobrança dos valores e os repassa à transmissora, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), de forma que a mesma não seja onerada em seu resultado.

Todos os valores já foram amortizados exceto o saldo remanescente, referente à Geradora Duke Paranapanema, proprietária da usina de Rosana, na área de concessão da Elektro, que decidiu não acatar as Resoluções Normativas ANEEL nº 67/04 e nº 497/07. Porém, por decisão judicial, a Resolução nº 497/07 foi validada, reconhecendo como assinado o Contrato de Uso dos Sistemas de Distribuição - CUSD, para fins de aplicação de suas obrigações e responsabilidades, sem, contudo, reconhecer como assinado o acordo para pagamento do débito, pois entendeu que o seu pagamento, por meio da confissão dos valores, ensejaria perda do objeto da ação movida pela Duke. Em 23 de julho de 2009, a ANEEL, através Ofício nº 0203/209-SRD/SRT/ANEEL, deu ciência da referida decisão judicial e informou o montante de R\$ 61.773 (valor principal) que a Elektro deve faturar a Duke, referente ao período de julho de 2004 a junho de 2009.

Esse valor foi originalmente reconhecido como um ativo de TUSD-G a receber da Duke e no passivo como TUSD-G a devolver para os consumidores via modicidade tarifária.

A Duke não concordou com os valores calculados pela ANEEL e, por decisão judicial, foi autorizada a depositar em juízo, a partir da parcela vencida em setembro de 2009, a diferença entre o valor calculado com base na Resolução nº 497/07, e o valor estabelecido por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 349, de 13 de janeiro de 2009.

A Nota Técnica nº 255, de 31 de julho de 2012, menciona o passivo restante de R\$ 30.736, atualizado para agosto de 2011, que deverá ser considerado nos processos tarifários, assim que a ação judicial em curso por parte da Geradora for concluída.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo é de R\$ 35.347 e o respectivo saldo a receber da Geradora Duke Energy de R\$ 35.347 está contabilizado na rubrica de outros créditos.

### **8.9. Devolução Baixa Renda**

Refere-se à subvenção econômica concedida na tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores integrantes da Subclasse Residencial Baixa Renda. A DMR – Diferença Mensal da Receita é apurada mensalmente pela Companhia e enviada à ANEEL para sua validação e homologação para modicidade ou repasse, conforme Resolução Normativa nº 472/12.

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo é de R\$ 73.258 a devolver e será considerado nos próximos processos tarifários.

## 9. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2014	31/12/2013
ICMS a recuperar	96.076	91.613
Imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido	25.273	18.875
<b>Total</b>	<b>121.349</b>	<b>110.488</b>
Ativo circulante	40.579	47.552
Ativo não circulante	80.770	62.936

O saldo de ICMS a recuperar refere-se a créditos na compra de bens para uso na concessão, cuja compensação ocorre em no máximo 48 meses de acordo com a legislação específica desse tributo.

## 10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Dos R\$ 102.081 (R\$ 88.642 em 2013) registrados nessa rubrica, o montante de R\$ 34.653 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 33.116 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao valor atualizado do depósito judicial efetuado em 29 de outubro de 2004 nos autos da ação que questiona o recolhimento da COFINS nos termos previstos pela Lei Complementar nº 70/91 e Lei nº 9.178/98, considerando a incidência somente sobre o faturamento, excetuando-se as receitas financeiras de qualquer natureza.

	31/12/2014	31/12/2013
Incidência da COFINS sobre o faturamento <sup>(i)</sup>	34.653	33.116
Legado "EPC" - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. <sup>(ii)</sup>	29.419	28.313
Outros <sup>(iii)</sup>	38.009	27.213
<b>Total</b>	<b>102.081</b>	<b>88.642</b>

(i) Efetuado em 29 de outubro de 2004.

(ii) Refere-se ao processo descrito na nota 24.

(iii) Processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária.

## 11. CONTRATO DE CONCESSÃO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a infraestrutura construída é bifurcada em (i) ativo financeiro indenizável, composto pela parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão, e que serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, e (ii) ativo intangível compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, conseqüentemente, ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão.

Os encargos financeiros de dívida relacionados com a formação da infraestrutura são capitalizados como parte do custo correspondente. O cálculo é definido pela aplicação da taxa média ponderada dos custos de empréstimos sobre os gastos do ativo intangível em fase de formação. O valor desses encargos capitalizados à infraestrutura foi de R\$ 14.520 em 2014 (R\$ 12.907 em 2013). Todos os demais custos de empréstimos são registrados como despesa financeira no período em que ocorrerem.

### 11.1. Ativo Indenizável (Concessão)

A Administração entende que a melhor estimativa para cálculo da indenização a ser paga pelo poder concedente ao término do contrato de concessão é utilizar a metodologia do Valor Novo de Reposição (VNR). Esta metodologia é atualmente adotada pelo regulador para fins de determinação da Base de Remuneração Regulatória (BRR) e da conseqüente remuneração do acionista, no momento das revisões tarifárias periódicas. Esta também foi a metodologia adotada para indenização dos ativos de Transmissão e Geração definida pela Lei nº 12.783/13. Desta maneira, o valor justo do ativo financeiro a ser recebido do poder concedente ao final da concessão foi determinado pela Companhia utilizando o valor residual da BRR estimado ao final do prazo contratual da concessão.



Em 31 de dezembro de 2014, o ativo financeiro está atualizado pelo valor residual da BRR do 3º Ciclo devidamente movimentada por adições, atualizações, baixas e depreciações.

Este ativo financeiro está classificado como um ativo disponível para venda, por tratar-se de uma categoria residual, já que o valor da indenização a ser recebido ao término da concessão não é fixo, embora seja estimável. A Companhia registra as variações no fluxo de caixa estimado desse ativo financeiro no resultado do exercício. Para mensuração do valor de mercado, considera-se como nível hierárquico 2.

Visando sempre a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o valor justo do ativo financeiro é revisado mensalmente, considerando, dentre outros fatores, a atualização pelo IGP-M, por ser este um dos principais critérios de atualização anual utilizada pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. Possíveis variações decorrentes do critério de cálculo do VNR também são consideradas.

As obrigações especiais representam doações, subvenções e recursos pagos por terceiros para investimentos e cobertura dos custos de conexão à rede de distribuição de energia. O saldo das obrigações especiais, ao final da concessão, será deduzido do valor da indenização e, portanto, é redutor do ativo financeiro. A BRR residual, utilizada para determinação do valor justo do ativo financeiro, está líquida do valor reavaliado das obrigações especiais. A parcela das obrigações especiais a ser amortizada no período da concessão pela taxa média de depreciação dos ativos de máquinas e equipamentos é classificada como redutora do ativo intangível.

A mutação do ativo financeiro indenizável é compreendida por:

	<b>Custo</b>	<b>Obrigações especiais</b>	<b>Valor justo</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>518.151</b>	<b>(71.854)</b>	<b>11.599</b>	<b>457.896</b>
Transferências de ativo intangível	115.506	-	-	115.506
Adições	-	(770)	-	(770)
Ajustes ao valor justo	-	-	18.814	18.814
Baixas	(1.607)	1.112	-	(495)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>632.050</b>	<b>(71.512)</b>	<b>30.413</b>	<b>590.951</b>
Transferências de ativo intangível	95.394	-	-	95.394
Adições	-	2.191	-	2.191
Ajustes ao valor justo	-	-	11.706	11.706
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>727.444</b>	<b>(69.321)</b>	<b>42.119</b>	<b>700.242</b>

O ativo financeiro relacionado à concessão é remunerado pelo custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório, no valor de 7,50% ao ano (11,36% antes dos impostos), já incluído na atual tarifa da Companhia. Como esta receita já é contabilizada mensalmente (vide nota 22) e arrecadada pela Companhia, considera-se que o ativo financeiro já se encontra a valores atualizados.

## 11.2. Ativo Intangível

O direito de cobrar dos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato de concessão, representado pelo ativo intangível, de vida útil definida, será completamente amortizado dentro do prazo da concessão. Este ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada que é calculada utilizando-se as taxas de depreciação definidas pela ANEEL para depreciação da infraestrutura.

A mutação do direito de uso da concessão é assim apresentada:

	<b>Em Serviço</b>				<b>Em Formação</b>			<b>Total</b>
	<b>Custo</b>	<b>Obrigações especiais</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Custo</b>	<b>Obrigações especiais</b>	<b>Valor líquido</b>	<b>Valor líquido</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>2.051.224</b>	<b>(321.527)</b>	<b>(322.625)</b>	<b>1.407.072</b>	<b>309.751</b>	<b>(47.973)</b>	<b>261.778</b>	<b>1.668.850</b>
Adições	-	(1.102)	-	(1.102)	349.053	(33.907)	315.146	314.044
Baixas	(29.357)	2.412	10.172	(16.773)	-	-	-	(16.773)
Amortização	-	-	(142.589)	(142.589)	-	-	-	(142.589)
Transferências	191.589	-	-	191.589	(307.095)	-	(307.095)	(115.506)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>2.213.456</b>	<b>(320.217)</b>	<b>(455.042)</b>	<b>1.438.197</b>	<b>351.709</b>	<b>(81.880)</b>	<b>269.829</b>	<b>1.708.026</b>
Adições	-	2.667	-	2.667	363.133	(72.795)	290.338	293.005
Baixas	(29.739)	-	-	(29.739)	-	-	-	(29.739)
Amortização	-	-	(148.751)	(148.751)	-	-	-	(148.751)
Transferências	164.699	-	-	164.699	(260.093)	-	(260.093)	(95.394)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>2.348.416</b>	<b>(317.550)</b>	<b>(603.793)</b>	<b>1.427.073</b>	<b>454.749</b>	<b>(154.675)</b>	<b>300.074</b>	<b>1.727.147</b>

## 12. FORNECEDORES E SUPRIDORES DE ENERGIA ELÉTRICA

	31/12/2014	31/12/2013
Moeda nacional	449.838	421.384
Supridores de energia elétrica	391.594	354.936
Fornecedores de materiais e serviços	58.244	66.448
Moeda estrangeira	38.233	46.629
Supridores de energia elétrica - Itaipu	38.233	46.629
Total	488.071	468.013

## 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2014	31/12/2013	Condições Gerais	Vencimento	Garantias
<b>Moeda Nacional</b>	469.954	309.414			
<b>BNDES</b>					
Finame SE 2011	4.341	5.054	5,5% a.a.	Início 15/02/2013 até 15/01/2021	Instrumento de Cessão
Finem CAPEX 2011/2012	125.519	152.805	de TJLP a TJLP + 3,03% a.a.	Início 15/06/2013 até 15/12/2019	Fiduciária de Direitos
Finem 2013/2014	196.588	-	de TJLP a TJLP + 3,08% a.a.	Início 15/01/2016 até 15/12/2023	Creditórios
Custos com emissão - BNDES	(300)	(246)			
<b>Eletrobras</b>					
Eletrobras - Luz para Todos <sup>(1)</sup>	72.087	86.030	RGR + 5,0% a.a. <sup>(2)</sup>	Início: 30/11/2006 até 31/12/2022	
Finem - 1º Ciclo	-	4.312	TJLP + 0,94% a.a.	Início: 15/10/2010 até 15/10/2014	
Finem - 2º Ciclo	20.980	27.974	4,25% a.a.	Início: 15/04/2011 até 15/12/2017	
Finem - 3º Ciclo	5.939	3.816	5,0% a.a.	Início: 15/12/2013 até 15/01/2020	Carta de Fiança
Finem - 4º Ciclo	17.993	17.993	5,0% a.a.	Início: 15/03/2015 até 15/03/2021	
Finem - 5º Ciclo	7.804	-	TJLP + 0,5% a.a.	Início: 15/10/2016 até 15/10/2022	
Arrendamento mercantil	19.003	11.676	de 10% a 18% a.a.	A partir de 2013 <sup>(3)</sup>	
<b>Moeda Estrangeira</b>	688.101	277.349			
Banco Europeu de Investimento	344.320	282.762	US\$ + 3,4020% a.a.	31/10/2025	Carta de Fiança
Swap Empréstimo BEI	(58.373)	(5.205)	CDI - 0,30% a.a.	31/10/2025	
Cédula de Crédito Bancário 4131 Bank Of Tokyo	118.243	-	Libor 3mL + 0,8457% <sup>(4)</sup>	17/06/2016	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 Bank of Tokyo	(17.892)	-	103,0% do CDI a.a.	17/06/2016	
Cédula de Crédito Bancário 4131 Citi	174.942	-	Libor 3mL + 0,7782% <sup>(4)</sup>	09/06/2016	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 Citi	(23.768)	-	103,0% do CDI a.a.	09/06/2016	
Cédula de Crédito Bancário 4131 HSBC	178.496	-	Libor 3mL + 0,8500% <sup>(4)</sup>	15/06/2016	
Swap Céd. Créd Bancário 4131 HSBC	(27.568)	-	104,9% do CDI a.a.	15/06/2016	
Custos com emissão - Moeda Estrangeira	(299)	(208)			
<b>Total</b>	<b>1.158.055</b>	<b>586.763</b>			
Circulante	65.459	60.871			
Não circulante	1.092.596	525.892			

<sup>(1)</sup> O projeto Luz para Todos está relacionado a dez contratos de financiamento.

<sup>(2)</sup> Reserva Global de Reversão - RGR é indexada à variação da UFIR, que tem se mantido constante.

<sup>(3)</sup> Os prazos de amortização do arrendamento mercantil estão considerados no parágrafo abaixo.

<sup>(4)</sup> Taxa Libor de 3 meses.

Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil de longo prazo em 31 de dezembro de 2014 ocorrerão da seguinte forma: R\$ 509.859 em 2016, R\$ 109.636 em 2017, R\$ 100.160 em 2018, R\$ 97.724 em 2019 e R\$ 275.217 após 2019.

Em junho de 2014, a Companhia captou, utilizando o instrumento financeiro da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, linhas de financiamento de curto prazo denominadas em moeda estrangeira no montante total de R\$ 400.000 e com prazo de vencimento de 2 anos. Os pagamentos dos juros serão trimestrais e o pagamento do principal no final do contrato.

Objetivando a neutralização de qualquer risco cambial derivado das operações de financiamento com o Banco BEI e Cédula de Crédito Bancário 4131, para ambas captações foram contratadas operações de swap com o mesmo fluxo de liquidação do financiamento, resultando, assim, em uma operação denominada em moeda nacional atrelada à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), sendo para o BEI um custo final abaixo do CDI em 0,30% e para as linhas de 4131 um custo médio final de 103,7% do CDI.

Esses *hedges* são permanentemente avaliados a fim de verificar se foram altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

No ano de 2014 também foi liberado o montante de R\$ 196.646 referente ao novo contrato de financiamento junto ao BNDES e Banco do Brasil, firmado em dezembro de 2013 na modalidade

FINEM, no montante de R\$ 348.392 destinado à implantação do Plano de Investimentos 2013-2014 com prazo de financiamento de 10 anos e carência de 2 anos e R\$ 11.010 por meio da linha de financiamento relacionada a projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

### Condições Restritivas

#### BNDES (FINEM):

A Companhia sempre cumpriu e mantém relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nos contratos de financiamentos firmados com o BNDES.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não há itens que façam parte da infraestrutura da concessão, oferecidos como garantias de empréstimos e financiamentos.

## 14. DEBÊNTURES

	31/12/2014	31/12/2013	Qtde.	Remuneração	Pagamento dos juros	Amortização do principal
5ª Emissão	308.210	335.043				
1ª Série	83.601	124.519	12.000	CDI + 0,98% a.a.	semestral a partir de 15 de fevereiro de 2012	33,33% em 15/08/2014, 15/08/2015 e 15/08/2016
2ª Série	224.990	211.093	18.000	IPCA + 7,68% a.a.	anual a partir de 15 de agosto de 2012	33,33% em 15/08/2016, 15/08/2017 e 15/08/2018
Custos com emissão	(381)	(569)				
6ª Emissão	729.586	697.166				
1ª Série	227.694	226.479	22.000	CDI + 0,74% a.a.	semestral a partir de 12 de março de 2013	50% em 12/09/2016 e 12/09/2017
2ª Série	116.835	109.629	10.000	IPCA + 5,10% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	50% em 12/09/2018 e 12/09/2019
3ª Série	386.005	362.186	33.000	IPCA + 5,50% a.a.	anual a partir de 12 de setembro de 2013	33,33% em 14/09/2020, 13/09/2021 e 12/09/2022
Custos com emissão	(948)	(1.128)				
Total	1.037.796	1.032.209				
Circulante	65.294	63.933				
Não circulante	972.502	968.276				

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo total de custos de emissão a apropriar é de R\$ 1.329 (R\$ 1.697 em 2013), sendo R\$ 346 no curto prazo (R\$ 164 referente à 5ª emissão e R\$ 182 referente à 6ª emissão) e R\$ 983 no longo prazo (R\$ 217 referente à 5ª emissão e R\$ 766 referente à 6ª emissão).

O vencimento do saldo de longo prazo das debêntures em 31 de dezembro de 2014 ocorrerá da seguinte forma: R\$ 222.891 em 2016, R\$ 182.891 em 2017, R\$ 130.427 em 2018, R\$ 57.536 em 2019 e R\$ 379.740 após 2019.

Abaixo características gerais das debêntures da Companhia:

Características	5ª Emissão	6ª Emissão
Tipo	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação	simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ação
Espécie	quirografia, sem garantia	quirografia, sem garantia
Séries	duas	três
Valor original	R\$ 300.000	R\$ 650.000
Valor nominal	R\$ 10 por ação	R\$ 10 por ação

Não há cláusula de repactuação para nenhuma das emissões de Debêntures.

#### Condições Restritivas Financeiras (*covenants*):

A Companhia sempre cumpriu e vem mantendo uma relação confortável com relação aos limites estabelecidos para seus *covenants* financeiros baseados nos resultados apurados pelos critérios previstos nas escrituras das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a Companhia cumpriu todas as condições restritivas exigidas pelas respectivas escrituras de emissão.

A íntegra dos termos e das condições da distribuição pública das 5ª e 6ª Emissões de Debêntures estão disponíveis no website da Elektro: [www.elektro.com.br](http://www.elektro.com.br).

#### 15. TRIBUTOS A RECOLHER

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, a qual está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência.

O PIS e a COFINS estão computados à alíquota nominal de 9,25% sob a receita operacional e são reconhecidos pelo regime de competência

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	93.807	94.901
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	23.742	16.040
Outros Impostos	6.523	5.445
<b>Total</b>	<b>124.072</b>	<b>116.386</b>

#### 16. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

Em 23 de dezembro de 2014 ocorreu pagamento no montante de R\$ 255.638 que corresponde a R\$ 162.959 referente aos dividendos do exercício de 2013, R\$ 12.687 referente a dividendos intermediários apurados com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2014 e R\$ 79.992 referente a juros sobre capital próprio do exercício social de 2014, líquido de imposto de renda retido na fonte no montante de R\$ 14.116. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possui o montante de R\$ 3.360 a pagar referente a dividendos mínimos obrigatórios.

#### 17. OBRIGAÇÕES E ENCARGOS SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO

	31/12/2014	31/12/2013
Férias e 13º salário a pagar	19.345	18.635
INSS parte da empresa	9.683	9.003
Participação nos lucros e resultados	18.401	12.917
FGTS	3.341	3.151
Retenções do empregado	3.126	2.841
Outros	434	366
<b>Total</b>	<b>54.330</b>	<b>46.913</b>

#### 18. OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D) E PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão estabelece a obrigação da Companhia aplicar 1% da receita operacional líquida em Programas de Eficiência Energética e de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), sendo que parte deve ser recolhida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e, também ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Distribuição do recurso	Percentual de distribuição da ROL	31/12/2014	31/12/2013
Programa de Eficiência Energética	0,50%	23.810	19.405
Pesquisa e Desenvolvimento	0,20%	16.646	18.507
FNDCT	0,20%	829	624
MME	0,10%	413	312
<b>Total</b>		<b>41.698</b>	<b>38.848</b>
Circulante		26.352	8.850
Não circulante		15.346	29.998

## 19. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

### 19.1. Planos de Pensão

A Elektro, através da Fundação CESP, mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão para seus empregados, que têm as seguintes descrições:

PSAP/CESP B: Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS, que corresponde aos benefícios assegurados aos empregados vinculados ao plano vigente até 31 de dezembro de 1997, ou seja, antes da implantação do plano misto, calculado proporcionalmente até aquela data. Este plano está fechado para novas adesões.

PSAP/CESP B1: Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão Elektro – PSAP Elektro, iniciado em 1º de janeiro de 1998, sendo um plano misto, cuja meta de benefício é a integralidade do salário na aposentadoria, sendo 70% do salário real de contribuição como Benefício Definido e 30% como Contribuição Definida.

Quando o Plano PSAP/CESP B1 foi criado, a transferência do Plano PSAP/CESP B para PSAP/CESP B1 foi ofertada aos participantes. Aqueles que migraram, adquiriram o direito de receber o benefício saldado (BSPS) proporcional ao tempo que contribuíram para o plano anterior, podendo destinar este recurso como contribuição ao novo plano ou aguardar a elegibilidade ao benefício, sem a acumulação de nenhum outro benefício adicional no futuro.

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários, foi adotado o método do crédito unitário projetado. O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual se estima que este empregado esteja a serviço da Companhia, para então determinar o custo para cada ano de serviço.

O plano apresenta *superávit* atuarial de R\$ 205.874 em 31 de dezembro de 2014. O *superávit* atuarial não é reconhecido contabilmente, pois o reconhecimento do ativo atuarial é permitido, dentre outros critérios, somente se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo, que é de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o *superávit* poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora. Para a Elektro, esta relação estava em 14% em 31 de dezembro de 2014, não permitindo, portanto, o reconhecimento contábil de nenhum *superávit* atuarial, conforme demonstrado abaixo:

<b>Conciliação dos valores reconhecidos no balanço</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Valor justo dos ativos do plano	894.232	803.985
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.100.106	1.026.552
<i>Superávit</i> para planos cobertos	205.874	222.567
Limite de Ativo de Benefício Definido	(205.874)	(222.567)
Ativo atuarial líquido	-	-

Os valores reconhecidos no resultado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e no resultado abrangente são os seguintes:

<b>Componentes da despesa do plano</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Valores reconhecidos no demonstrativo de resultados do exercício</b>		
Custo do serviço corrente	5.286	18.508
Juros sobre as obrigações atuariais	(309)	(235)
Contribuição da patrocinadora	(2.570)	(2.171)
Despesa reconhecida	<u>2.407</u>	<u>16.102</u>
<b>Valores reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes</b>		
Ganho / (Perdas) atuariais imediatamente reconhecidas	(40.994)	202.254
Efeito do limite de Ativo de Benefício Definido	43.401	(186.152)
Reclassificação imediata para lucros acumulados	(2.407)	(16.102)
Custo total reconhecido em Outros Resultados Abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Valor acumulado de perdas atuariais reconhecido</b>	<b>54.933</b>	<b>13.939</b>

As movimentações no valor presente da obrigação com benefícios definidos são:

<b>Reconciliação do valor das obrigações atuariais</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Valor das obrigações ao início do período	803.985	1.076.309
Custo do serviço corrente	5.286	18.508
Juros sobre a obrigação atuarial	93.601	89.790
Contribuições de participantes	3.038	2.613
(Ganhos) / Perdas atuarias - experiência	10.945	(23.149)
(Ganhos) / Perdas atuarias - hipóteses demográficas	(878)	28.382
(Ganhos) / Perdas atuarias - hipóteses financeiras	31.075	(346.869)
Benefícios pagos no ano	(52.820)	(41.599)
Valor das obrigações ao final do período	<u>894.232</u>	<u>803.985</u>

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

<b>Reconciliação do valor justo dos ativos</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Valor justo dos ativos ao início do período	1.026.552	1.109.871
Rendimento esperado no período	120.618	92.878
Ganho/(Perda) atuarial	148	(139.382)
Contribuições de patrocinadora	2.570	2.171
Contribuições de participantes	3.038	2.613
Benefícios pagos no ano	(52.820)	(41.599)
Valor justo dos ativos ao final do período	<u>1.100.106</u>	<u>1.026.552</u>

As principais premissas econômicas adotadas para os cálculos atuariais referentes aos exercícios de 2014 e 2013:

<b>Premissas econômico-financeiras e demográficas</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	11,90%	12,00%
Taxa de rendimento nominal esperada sobre ativos do plano	11,90%	12,00%
Índice estimado de aumento nominal dos salários	8,56%	8,36%
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	5,40%	5,20%
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,40%	5,20%
Taxa de desconto real para obrigação atuarial	6,17%	6,46%
Taxa de rendimento real esperada sobre ativos do plano	6,17%	6,46%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT 2000 (1996) US Annuity 2000)	AT 2000 (1996) US Annuity 2000)
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Light Média Experiência	Light Média Experiência
Taxa bruta de rotatividade esperada	Fundação Cesp 2013	Fundação Cesp 2006
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na primeira eleg.	100% na primeira eleg.

As taxas esperadas de retorno dos investimentos de longo prazo foram determinadas a partir das expectativas de rentabilidade de longo prazo e ponderadas para cada categoria de ativo dos planos de benefício, como renda fixa, variável, imóveis e empréstimos a participantes.

<b>Rendimento esperado de longo prazo</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Modalidade de investimento	Meta de alocação de ativos	Meta de alocação de ativos
Renda fixa	75,98%	71,50%
Renda variável	15,40%	17,20%
Investimentos imobiliários	5,61%	5,40%
Operações com participantes	0,00%	2,50%
Outros	3,01%	3,40%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

As taxas para desconto da obrigação atuarial são determinadas com base nas taxas de retorno oferecidas pelos títulos do Governo (NTN-B, indexadas ao IPCA), pois apresentam condições consistentes com as obrigações avaliadas.

Conforme requerido pela norma, segue adiante o demonstrativo dos desvios decorrentes do comportamento esperado e efetivo do ativo e passivo atuarial:

<b>Ajustes da experiência de ganhos e perdas</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
			Reapresentado		
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	894.232	803.985	1.076.309	764.730	735.868
Valor justo dos ativos do plano	1.100.106	1.026.552	1.109.871	928.324	868.954
<i>Superávit (Déficit) do plano</i>	205.874	222.567	33.562	163.594	133.086
Rendimento esperado dos ativos	120.618	92.878	95.245	102.987	101.156
Rendimento efetivo dos ativos	120.766	(46.504)	216.607	90.227	141.495
Ajuste de experiência dos ativos do plano (montante)	148	(139.382)	121.362	(12.760)	40.339
Ajuste de experiência dos ativos do plano (%)	0%	-150%	127%	-12%	40%
Valor presente esperado dos passivos do plano	853.090	1.145.621	814.668	732.650	621.839
Valor presente efetivo dos passivos do plano	894.232	803.985	1.076.309	764.730	735.868
Ajuste de experiência dos passivos do plano (montante)	(41.142)	341.636	(261.641)	(32.080)	(114.029)
Ajuste de experiência dos passivos do plano (%)	-5%	42%	-24%	-4%	-15%

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou contribuições aos planos de benefícios mantidos junto à Fundação CESP no montante de R\$ 3.230 (R\$ 3.292 para o exercício de 2013).

<b>Hipóteses atuariais significativas</b>	<b>Hipótese</b>	<b>Análise de sensibilidade</b>	<b>Efeito no VPO</b>
Taxa de desconto	12,90%	1% aumento	(94.366)
Taxa de desconto	10,90%	1% redução	115.408
Mortalidade	AT 2000 (1996 US Annuity 2000)	Aumento de 1 ano na expectativa de vida do participante	9.490

O resultado no valor presente das obrigações atuariais foram preparados modificando a taxa de desconto e a mortalidade.

A Elektro também é instituidora de um plano gerador de benefícios livres (PGBL), disponibilizado aos seus empregados não optantes pelo PSAP/Elektro (acima descrito), sob denominação de Plano A e Plano Modular Empresarial Coletivo (Plano B), ambos planos de contribuição definida.

As contribuições são feitas pelos participantes e pela Elektro, que também é responsável pelo pagamento das despesas administrativas deste plano. Os custos incorridos pela Companhia em 2014 foram de R\$ 510 (R\$ 465 em 2013), tendo sido registradas à conta de despesa com pessoal.



**20. PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS PASSIVAS**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

**Provisão para ações judiciais e regulatórias**

As provisões registradas refletem as perdas consideradas prováveis com tais demandas, e apresentam os seguintes saldos e movimentações:

	31/12/2013	Ingresso	Atualização	Reversão	Liquidação	31/12/2014
Cíveis e ambientais	110.986	24.309	5.935	(11.776)	(5.421)	124.033
Tributárias	31.258	471	2.578	(2.382)	-	31.925
Trabalhistas	24.783	9.915	2.811	(7.185)	(2.536)	27.788
Desapropriações e servidões	10.833	661	1.301	(548)	(505)	11.742
Regulatórias	24.873	3.898	-	(5.171)	-	23.600
Total das provisões	202.733	39.254	12.625	(27.062)	(8.462)	219.088

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões efetuadas pela Companhia são principalmente para a cobertura de eventuais perdas referentes a ações indenizatórias cíveis e ambientais envolvendo objetos de naturezas diversas; causas trabalhistas envolvendo ações movidas por ex-empregados da Elektro (ou de suas contratadas) referentes a diferenças salariais, horas extras e outros; tributárias, envolvendo discussões relativas a exigências fiscais nos âmbitos federal, estadual e municipal; e regulatórias, que estão diretamente relacionadas com indicadores de desempenho da ANEEL e penalidades referentes à contratação do uso do sistema de transmissão (MUST). As desapropriações e servidões estão relacionadas a reclamações de proprietários e ex-proprietários de terrenos utilizados pela Elektro quanto aos valores das indenizações.

**Provisões cíveis - Uso da faixa de domínio de rodovias**

A Elektro mantém provisão no montante de R\$ 92.673, em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 87.346 em 31 de dezembro de 2013) para suportar ações de cobrança movidas por concessionárias de rodovias estaduais. A Companhia é impedida de atuar livremente para a instalação de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias, razão pela qual ajuizou duas ações contra Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo (DER) e concessionárias de rodovias estaduais. Decisões desfavoráveis foram julgadas em diferentes instâncias, motivo pelo qual os assessores jurídicos da Companhia não alteraram o prognóstico de perda da causa.

**Provisões Tributárias**

Em 5 de dezembro de 2007, a EPC - Empresa Paranaense Comercializadora Ltda. ("EPC") - sucedida pela Companhia, impetrou Mandado de Segurança para não pagar PIS e COFINS sobre a receita de juros sobre capital próprio. O processo aguarda julgamento de recurso em virtude de decisão de 1ª instância que lhes foi desfavorável. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 30.586 (R\$ 28.588 em 31 de dezembro de 2013).

Outras provisões tributárias envolvem questões relativas à ilegalidade da exigência de tributos federais, estaduais e municipais.

**Contingências passivas com avaliação de risco possível**

Segue demonstrativo dos processos cujo risco de perda é possível e, portanto, não possuem provisões registradas em 31 de dezembro de 2014:



**Contingências com risco Possível**

	31/12/2014	31/12/2013
Tributárias <sup>(i)</sup>	444.148	412.210
Previdenciárias <sup>(ii)</sup>	84.726	81.501
Cíveis	26.499	42.473
Trabalhistas	14.863	15.666
Ambientais, desapropriação e servidão de passagem	6.009	5.083
	<u>576.245</u>	<u>556.933</u>

- (i) Destacam-se: créditos de ICMS supostamente tomados de forma indevida; diferença na metodologia de cálculo do ICMS nos municípios de Ubatuba, Itanhaém, Dracena e Ouro Verde; ausência de pagamento de ICMS, sob as alegações fazendárias de que teria havido transporte indevido a maior e a menor de valores entre os Livros de Registro de Entrada e de Saídas e o Livro Registro de Apuração do ICMS; suposto creditamento indevido de ICMS sobre bens destinados ao ativo imobilizado; suposto descumprimento de obrigações acessórias; suposto creditamento indevido por meio de escrituração de notas fiscais que geraram estorno de débitos; validação da opção de aplicação de parcela do imposto de renda no FINAM; retenção de IRRF sobre valores pagos a título de JCP; compensação de saldo negativo de IRPJ; ISS sobre compartilhamento de infraestrutura e atividades-meio; e taxas de uso do solo.
- (ii) Refere-se principalmente ao recebimento de notificações e autos de infração, lavrados em 29 de dezembro de 2006, pelo INSS, exigindo contribuições de períodos entre 1998 e 2006 sobre diversas verbas trabalhistas, em especial participações nos lucros e resultados.

Adicionalmente, em março de 2007, o Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da Elektro que visa proibir a Companhia de terceirizar suas atividades-fim. O Procurador alegou que trabalhadores que prestam serviços em tais atividades devem ser contratados diretamente pela Elektro e não por empresas contratadas. Já houve decisão de primeira instância desfavorável à Elektro, a qual apelou ao TRT, que confirmou a decisão. Foi apresentado recurso ao TST, todavia este Superior Tribunal manteve a decisão das instâncias anteriores. A Elektro interpôs recurso ao STF sobre a questão e, considerando que o Supremo Tribunal reconhece a repercussão geral da matéria, na opinião dos advogados responsáveis pelo caso e pelos razoáveis argumentos para reversão da decisão, o atual prognóstico de perda do caso permanece possível.

**21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 2013, no montante de R\$ 952.492, tem a seguinte composição acionária:

Acionista	Ordinárias	Preferenciais	Total	Participação
Iberdrola Brasil S.A.	91.855.825	101.279.596	193.135.421	99,68%
Acionistas minoritários	25.147	598.697	623.844	0,32%
Total	<u>91.880.972</u>	<u>101.878.293</u>	<u>193.759.265</u>	<u>100,00%</u>

**21.1. Reservas de capital**

O valor registrado de R\$ 765.882 (R\$ 765.882 em 2013) tem a seguinte composição: (i) ágio incorporado da Iberdrola Energia do Brasil, no valor de R\$ 689.440; e (ii) acervo líquido incorporado da EPC, no valor de R\$ 25.903.

**21.2. Reserva de lucros**

É composta pela reserva legal constituída pela destinação de 5% do valor do lucro líquido do exercício. Em 31 de dezembro de 2014 a reserva de lucros, somada às demais reservas, superaram 30% do capital social.

**Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio**

Em 20 de março de 2014 a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas da Elektro aprovou a distribuição de dividendos no montante de R\$ 162.959, referente ao exercício de 2013 (já

deduzidos os pagamentos efetuados de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio). O pagamento dos dividendos ocorreu no dia 23 de dezembro de 2014.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de outubro de 2014, foi aprovada a distribuição aos acionistas de dividendos intermediários no valor de R\$ 12.687, com base no lucro líquido do primeiro semestre de 2014. O pagamento do juros sobre capital próprio e dos dividendos intermediários foi efetuado em uma única parcela em 23 de dezembro de 2014. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação		Dividendos Intermediários	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	6.971	0,068428041
Ordinárias	91.880.972	5.716	0,062207310
Total	193.759.265	12.687	

Na mesma reunião o Conselho de Administração aprovou a distribuição e o pagamento de juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 94.108, cujo pagamento ocorreu em 23 de dezembro de 2014. A tabela a seguir demonstra os valores pagos por ação:

Ações em Circulação		JSCP	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	51.711	0,507575652
Ordinárias	91.880.972	42.397	0,461432411
Total	193.759.265	94.108	

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Companhia constituiu dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 3.360. A tabela a seguir demonstra os valores por ação:

Ações em Circulação		Dividendos Mínimos Obrigatórios	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	1.846	0,018121248
Ordinárias	91.880.972	1.514	0,016473862
Total	193.759.265	3.360	

Ao final do exercício de 2014, a Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos no montante de R\$ 330.463 com base no lucro líquido apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, deduzido os dividendos intermediários, dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio. A proposta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2015 e será submetida à aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas a ser convocada oportunamente. A tabela a seguir demonstra os valores propostos por ação:

Ações em Circulação		Dividendos Propostos	
Tipo	Quantidade	R\$ mil	R\$ por ação
Preferenciais	101.878.293	181.585	1,782374822
Ordinárias	91.880.972	148.878	1,620340747
Total	193.759.265	330.463	

Conforme seu Estatuto Social, as ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei nº 6.404/76.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, mas têm prioridade no reembolso do capital e direito a receber dividendos no mínimo 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme artigo 5º do Estatuto Social da Companhia.

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro por ação básico e diluído:

	2014	2013
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício disponível aos acionistas	439.030	323.694
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias	91.881	91.881
Média ponderada do número de ações preferenciais	101.878	101.878
Remuneração adicional das ações preferenciais (10%)	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	112.066	112.066
Denominador para lucros básicos por ação ordinária	203.947	203.947
Lucro básico e diluído por ação ordinária	2,1527	1,5871
10% - Ações preferenciais	0,2153	0,1587
Lucro básico e diluído por ação preferencial	2,3679	1,7459

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou direitos conversíveis em ações ordinárias entre a data-base e a data de conclusão destas Demonstrações Financeiras.

O plano de incentivo baseado em ações não tem efeito dilutivo na Elektro, uma vez que o plano é baseado nas ações de seu acionista controlador Iberdrola, portanto o lucro por ação básico e diluído é igual em todos os períodos apresentados. Em 31 de dezembro existem dois contratos em vigor no montante de R\$ 11.476 (R\$ 7.094 em 2013).

## 22. RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada), receita de remuneração do ativo financeiro indenizável, receita de construção e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pela Companhia.

A receita não faturada corresponde à energia elétrica entregue e não faturada ao consumidor, e é calculada em base estimada, até a data do balanço.

A Companhia contabiliza as receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria, sob a modalidade de contratação "custo mais margem" (*cost plus*), na qual a concessionária é reembolsada por custos incorridos, acrescido de percentual sobre tais custos. Entretanto, nas concessões de distribuição no Brasil, não há margem nos serviços de construção. Desta forma, a margem de construção foi estabelecida como sendo igual a zero, considerando que os valores desembolsados na atividade de construção são pleiteados, sem a incidência de qualquer margem, na BRR.

Nota Explicativa	2014			2013		
	Nº de consumidores	MWh (*)	R\$	Nº de consumidores	MWh (*)	R\$
Receitas operacionais	2.439.260	12.917.419	6.467.216	2.372.422	12.435.814	4.817.367
Fornecimento para consumidores	2.439.260	12.917.419	5.106.943	2.372.422	12.435.814	4.057.352
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	8	-	399.719	-	-	-
Outras receitas	-	-	960.554	-	-	760.015
CCEE	-	-	191.649	-	-	41.467
Receita de uso do sistema de distribuição	-	-	140.085	-	-	156.003
Remuneração do ativo financeiro (WACC)	-	-	72.175	-	-	58.542
Receita de construção	10.3	-	295.195	-	-	313.274
Outras receitas	-	-	261.450	-	-	190.729
Deduções às receitas operacionais	-	-	(1.704.401)	-	-	(1.268.033)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	-	-	-	-	-	(2.266)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC	-	-	-	-	-	(9.876)
Quota para a conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(77.672)	-	-	(46.211)
ICMS sobre fornecimento	-	-	(957.776)	-	-	(756.259)
COFINS	-	-	(497.035)	-	-	(350.038)
PIS	-	-	(107.907)	-	-	(75.994)
Programa de P&D e eficiência energética	-	-	(41.127)	-	-	(32.321)
Outros	-	-	(22.884)	-	-	4.932
Total	2.439.260	12.917.419	4.762.815	2.372.422	12.435.814	3.549.334

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

## 23. ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	2014		2013	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Supradores de energia	14.968.181	2.927.936	14.404.990	1.983.552
Itaipu Binacional (**)	3.067.867	418.189	2.892.699	360.739
(-) Repasse CDE - CVA Energia	-	-	-	(16.722)
Contratos bilaterais	-	-	82.369	15.795
Contrato de compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	8.861.603	2.229.000	8.637.677	1.180.007
(-) Repasse CDE - CVA Energia	-	-	-	(149.158)
Mercado SPOT	1.398.167	1.051.038	1.361.290	509.042
(-) Repasse CDE - Cotas	-	(100.161)	-	(150.831)
(-) Conta - ACR	-	(963.174)	-	-
Contrato cotas (CCGF e CCEN)	1.058.227	123.646	1.043.396	108.989
Geração Distribuída	268.838	43.431	67.291	10.942
PROINFA	313.479	106.120	320.268	98.728
Uso do transporte de energia	-	19.847	-	16.021
Outros custos de energia	-	355.554	-	292.584
ONS - Uso da rede básica	-	251.720	-	198.515
CTEEP- Encargos de conexão	-	26.377	-	24.715
Encargos de serviços do sistema - ESS	-	43.689	-	217.821
(-) Repasse CDE - ESS	-	-	-	(148.467)
Risco hidrológico	-	33.768	-	-
Créditos de PIS e COFINS sobre energia comprada	-	(271.002)	-	(198.858)
Total	14.968.181	3.012.488	14.404.990	2.077.278

(\*) Informações não auditadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Contrato de repasse de energia e tarifa de transporte.

## 24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2014	2013
Gastos com pessoal	264.791	248.386
Gastos com serviços de terceiros	117.777	112.450
Gastos com materiais	36.991	35.831
Outras despesas operacionais líquidas	133.593	115.005
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	21.106	20.399
Despesas com arrecadação bancária	16.406	15.290
Provisões para ações judiciais e regulatórias	13.461	10.193
Aluguéis e seguros	13.515	15.455
Perda na desativação e alienação de bens líquida	14.199	10.031
Taxas e contribuições	12.481	12.866
Telefonia e telecomunicações	14.207	9.926
Despesas com viagens	9.111	8.275
Outras	19.107	12.570
	553.152	511.672
Custo da operação	394.631	361.027
Despesas gerais e administrativas	73.572	60.539
Outras despesas operacionais	68.427	74.602
Despesas com vendas	16.522	15.504
	553.152	511.672

## 25. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2014	2013
Receitas	138.827	124.203
Aplicações financeiras	59.378	36.783
Encargos sobre conta de energia elétrica em atraso	45.970	42.034
Atualizações monetárias e cambiais	15.589	22.398
Atualização do Ativo Financeiro	11.707	18.814
Outras receitas financeiras	6.183	4.174
Despesas financeiras	(253.047)	(174.417)
Juros sobre debêntures	(80.699)	(70.724)
Atualizações monetárias e cambiais	(64.931)	(58.160)
Juros sobre empréstimos com terceiros	(64.238)	(19.012)
Outras despesas financeiras	(43.179)	(26.521)
Total	(114.220)	(50.214)

## 26. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Adicionalmente, a Companhia elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação da Lei nº 12.973/14, e concluiu que não há efeitos significativos nas suas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2014 e 2013.

### Reconciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado:

	2014		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	635.926	635.926	449.856	449.856
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	(158.958)	(57.233)	(112.440)	(40.487)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Juros sobre o capital próprio	23.527	8.470	23.263	8.375
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(12.566)	(4.231)	(6.186)	(2.088)
Incentivos fiscais e outros	3.670	425	2.996	405
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(144.327)	(52.569)	(92.367)	(33.795)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(98.201)	(35.963)	(76.129)	(27.950)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(46.126)	(16.606)	(16.238)	(5.845)
Total	(144.327)	(52.569)	(92.367)	(33.795)

### Tributos diferidos

	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	2014	2013	2014	2013
IR e CS sobre diferenças temporárias	113.872	128.019	(14.147)	(26.678)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.425	14.520	(95)	(1.616)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	62.473	56.789	5.684	4.589
Plano especial de aposentadoria	-	982	(982)	(2.889)
Variação cambial / Provisão ganho/perda hedge	(122)	(2)	(120)	(647)
Provisão perda na desativação de ativos	12.753	2.648	10.105	-
Provisão efeito postergação tarifária	20.016	51.227	(31.211)	(25.885)
Outras	4.327	1.855	2.472	(230)
Benefício fiscal do ágio incorporado - Terraço	85.165	98.637	(13.472)	(13.112)
Benefício fiscal do ágio incorporado - Iberdrola	579.837	622.264	(42.427)	(42.427)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs	(14.778)	(25.930)	7.315	60.134
Plano de pensão	(819)	(5.475)	819	5.475
Leasing	362	169	193	(22)
Reversão dos ativos e passivos regulatórios	-	(2.185)	2.185	69.192
Marcação a mercado swap	-	(2.564)	2.564	(2.580)
Reversão Fiscal Diferimento	-	(5.534)	5.534	(5.534)
Marcação a mercado do ativo financeiro da concessão	(14.321)	(10.341)	(3.980)	(6.397)
Subtotal	764.096	822.990	(62.731)	(22.083)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	819	5.475	(819)	(5.475)
Plano de pensão	819	5.475	(819)	(5.475)
Total	764.915	828.465	(63.550)	(27.558)

O reconhecimento desses créditos tem como base as projeções de resultados tributáveis futuros da Companhia, as quais foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2014.

O benefício fiscal do ágio incorporado está registrado conforme determinado pela ANEEL e Instruções nº 319/99 e nº 349/01 da CVM, sendo que os registros contábeis mantidos para fins

societários e fiscais encontram-se em contas específicas de ágio incorporado e provisão, com as correspondentes amortização e reversão. No caso do ágio referente à incorporação da Terraço ocorrida em 1998, a realização desse valor dar-se-á mediante percentuais oficializados em 23 de dezembro de 2003 pela ANEEL, através do Ofício nº 2.182/2003, definidos com base no prazo da concessão e na expectativa de recuperação indicada pelas projeções de resultados tributáveis apresentadas pela Companhia ao órgão regulador naquela época. O ágio referente à incorporação da Iberdrola Energia do Brasil Ltda. será realizado linearmente até o final da concessão, também baseado em premissas de resultado futuro que foram apresentadas e anuídas pela ANEEL.

A expectativa de amortização dos créditos fiscais diferidos e dos benefícios fiscais dos ágios incorporados registrados em 31 de dezembro de 2014 é como segue: R\$ 61.412 em 2015, R\$ 58.789 em 2016, R\$ 58.540 em 2017 e R\$ 586.174 de 2018 a 2028.

Os valores efetivos do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido a pagar e a recuperação dos respectivos saldos diferidos decorrem da apuração de resultados tributáveis, da expectativa de realização das diferenças temporárias e outras variáveis. Portanto, essa expectativa não deve ser considerada como um indicativo de projeção de lucros futuros da Companhia. Adicionalmente, essas projeções estão baseadas em uma série de premissas que podem apresentar variações em relação aos valores reais.

## **27. PARTES RELACIONADAS**

### **27.1 Partes relacionadas**

A Companhia tem como controlador a Iberdrola Brasil S.A.. Foram considerados como partes relacionadas o acionista controlador e entidades sob o controle comum e coligadas que de alguma forma exerçam influências sobre a Companhia.

As transações da Companhia relativas a operações com partes relacionadas, estão apresentadas a seguir:

**Compra de energia:** A Companhia adquire energia de partes relacionadas através de leilões regulados para fins de revenda ao consumidor, conforme regras estabelecidas pelo setor, com preços regulados e aprovados pela ANEEL que somam o montante registrado em custos de energia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 de R\$ 1.566 (R\$ 1.399 para o exercício de 2013). A Companhia também realiza a compra de energia elétrica no mercado livre para consumo próprio no prédio da Sede, junto a Elektro Comercializadora de Energia Ltda., através de contrato de compra de energia elétrica firmado em 16 de dezembro de 2013 com suprimento de energia no período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2015, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 as despesas totalizam R\$ 1.033 (R\$ 727 para o exercício de 2013).

**Serviços Administrativos:** Refere-se a valores com serviços, compartilhamento de infraestrutura e sublocação de salas, junto a Elektro Comercializadora de Energia Ltda., que são calculados com base na estimativa de custos das atividades desenvolvidas pela Companhia. O contrato de sublocação é reajustado pelo IGP-M a cada 12 meses e foi firmado por tempo indeterminado, a partir de 1º de abril de 2004, o total de receita para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 335 (R\$ 417 em 2013). A Companhia possui também contrato de prestação de serviços corporativos junto a Iberdrola Brasil S.A. que foi assinado em 1º de outubro de 2012 e possui vigência de 4 anos, sendo o montante registrado como despesa no exercício de 2014 de R\$ 1.120 (R\$ 1.254 em 2013). Em 1º de agosto de 2014 a Companhia firmou contrato para início de prestação de serviços, referente a operação logística e transporte de materiais junto a coligada Amara Brasil Ltda., com vigência de 4 anos, o valor registrado como despesa para o exercício findo em 2014 foi de R\$ 1.932.

### **27.2 Remuneração da administração:**

A remuneração total da Administração da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, registrada na rubrica de gastos com pessoal, foi de R\$ 9.552 (R\$ 4.357 em 2013), sendo que esse valor está relacionado a remunerações fixa e variável de R\$ 7.090 (R\$ 3.337 em 2013) e encargos sociais e benefícios, inclusive pós-emprego, no valor de R\$ 2.462 (R\$ 1.020 em 2013). Além desses montantes, destacam-se, ainda, benefícios adquiridos por estes administradores referentes ao Plano de Incentivo de Longo Prazo concedido pela Elektro no montante de R\$ 11.476 no exercício findo em dezembro de 2014.

Adicionalmente, a Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Fundação CESP e oferecido aos seus empregados, inclusive administradores (vide nota 19.1).

## 28. SEGUROS

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios da Companhia de eventuais sinistros.

A vigência das apólices de Riscos operacionais e multirisco (Propriedade) e Responsabilidade civil com terceiros compreende o período de 31 de maio de 2014 a 31 de maio de 2015, e da apólice de Responsabilidade civil de administradores compreende o período de 1º de junho de 2014 a 1º de junho de 2015.

Riscos	Importância segurada	Cobertura da apólice
Riscos operacionais e multirisco	1.050.137	Danos materiais aos ativos da Companhia, exceto para as linhas de transmissão e distribuição
Responsabilidade civil terceiros	44.000	Danos materiais, corporais e morais causados a terceiros, incluindo aqueles causados por empregados próprios e contratados
Responsabilidade civil administradores	26.250	Cobertura padrão praticada pelo mercado segurador

## 29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A seguir encontra-se a descrição dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, seus critérios de avaliação e valorização para fins de registro nas Demonstrações Financeiras, bem como o nível hierárquico para mensuração do valor de mercado apresentado.

**Ativo indenizável (concessão):** vide nota 11.1. Nível hierárquico 2.

**Empréstimos e financiamentos:** Estão avaliados e registrados segundo parâmetros estabelecidos em contrato, sendo que o valor de mercado desses passivos, calculado somente para fins de demonstração, foi projetado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando taxas disponíveis no mercado para operações semelhantes na data das Demonstrações Financeiras. Para contratos vinculados a projetos específicos do setor, obtidos junto à Eletrobrás, os valores de mercado são considerados idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares disponíveis, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os empréstimos e financiamentos foram mensurados e contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. O valor contábil é o que melhor representa a posição patrimonial e financeira da Companhia com relação a esses instrumentos, portanto, o valor de mercado para esses passivos é somente informativo. Nível hierárquico 2.

**Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e derivativos:** A Companhia possui empréstimo em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota 13.

Os empréstimos contratados em moeda estrangeira foram considerados como itens objeto de *hedge* (*hedge accounting*), e contabilizados pelos seus valores justos, com vistas à proteção do risco de variação cambial. Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as condições contratadas e descontando esse fluxo por taxas estimadas de mercado. Os derivativos a elas vinculados, por sua vez, foram considerados instrumentos de *hedge*. Nível hierárquico 2.

**Debêntures:** Estão avaliadas e registradas pelo método do custo amortizado, seguindo os termos das respectivas escrituras de emissão, representando o valor captado líquido dos respectivos custos da emissão, atualizado pelos juros efetivos da operação e os pagamentos realizados no período. O valor de mercado das debêntures da 5ª e 6ª Emissão, conforme quadro abaixo, é calculado segundo metodologia de fluxo de caixa descontado, com base na taxa de juros da 6ª Emissão de debêntures da Elektro definida no processo de *bookbuilding*, utilizada como melhor estimativa para essas operações. As debêntures foram classificadas como “passivos financeiros não mensurados ao valor justo” e o valor de mercado demonstrado é informativo. Para a 6ª Emissão de Debêntures, como não



temos acesso às taxas negociadas, o valor de mercado é o mesmo registrado no processo de *bookbuilding* (valor contábil). Nível hierárquico 2.

**Demais ativos e passivos financeiros:** Para equivalentes de caixa foi atribuído nível hierárquico 1 e para os demais ativos e passivos, foi atribuído nível hierárquico 2. Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia e sua classificação:

	31/12/2014			
	Valor contábil	Valor de mercado	Avaliação	Classificação
<b>Ativo</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	578.648	578.648	Valor justo	Mantido para negociação
Consumidores, parcelamentos de débitos e supridores	768.568	768.568	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	787.035	787.035	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Caução de fundos e depósitos vinculados	18.247	18.247	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis
Ativo indenizável (concessão)	700.242	700.242	Valor justo	Disponível para venda
<b>Total ativo</b>	<b>2.852.740</b>	<b>2.852.740</b>		
<b>Passivo</b>				
Fornecedores e supridores de energia elétrica	(488.071)	(488.071)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional*	(450.951)	(424.027)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(815.702)	(815.702)	Valor justo	Objeto de Hedge
Operações de swap	127.601	127.601	Valor justo	Instrumento de Hedge
Debêntures*	(1.037.796)	(1.019.162)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Arrendamento mercantil	(19.003)	(19.003)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
Valores a devolver de Parcela A e outros itens financeiros	(387.316)	(387.316)	Custo amortizado	Passivos não mensurados a valor justo
<b>Total passivo</b>	<b>(3.071.238)</b>	<b>(3.025.680)</b>		

\* Valor de mercado demonstrado é informativo.

### Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

De acordo com a política da Elektro, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico proteger a Companhia de eventuais exposições a moedas ou taxas de juros. Como atualmente não há risco cambial em suas operações, excetuando-se a contratação do empréstimo em moeda estrangeira, como já destacado acima, e a Elektro mantém o equilíbrio das taxas de juros entre ativo (caixa) e passivo (dívida) de forma natural, a utilização deste tipo de instrumento acaba sendo pontual e não com caráter usual.

Nas atividades da Companhia, é considerado risco relevante, apenas a exposição cambial, relacionada às variações cambiais derivadas dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, que são atrelados ao dólar norte-americano. Essas variações cambiais passaram a ter seus efeitos neutralizados no resultado financeiro da Companhia, a partir do reconhecimento dos valores a receber de parcela A e outros itens financeiros e sempre foram repassados à tarifa, tendo efeitos temporários sobre o caixa (vide Nota 8).

Seguem os principais fatores de risco que afetam os negócios da Companhia:

### Variação das taxas de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado.

A Administração da Companhia considera como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses dos indicadores projetados abaixo as expectativas divulgadas no Relatório Focus do Banco Central. O impacto no resultado financeiro líquido foi analisado em três cenários de variação de índices CDI, IGP-M, IPCA e TJLP, sendo: (i) variação dos índices projetados para 2014, de acordo com dados do Relatório Focus, disponibilizado em 26 de setembro de 2014: 11,16%, 5,65% e 6,33% para CDI, IGP-M e IPCA, respectivamente, e a variação da TJLP de 5,00% divulgada pelo Conselho Monetário Nacional, (ii) elevação dos índices projetados atuais em 25% e (iii) elevação dos índices projetados atuais em 50%.



Instrumentos	Exposição	Risco	Cenário Provável	Elevação do índice em 25%	Elevação do índice em 50%
Aplicações Financeiras	544.594	Variação CDI	67.911	84.889	101.866
Debêntures - 5ª Emissão 1ª Série	(83.601)	Variação CDI	(10.425)	(13.031)	(15.638)
Empréstimo <sup>(1)</sup>	(688.101)	Variação CDI	(85.843)	(107.304)	(128.765)
Debêntures - 6ª Emissão 1ª Série	(227.694)	Variação CDI	(28.394)	(35.492)	(42.590)
	(454.802)		(56.751)	(70.938)	(85.127)
Ativo Indenizável <sup>(2)</sup>	700.242	Variação IGP-M	40.474	50.592	60.711
Debêntures - 5ª Emissão 2ª Série	(224.990)	Variação IPCA	(13.746)	(17.183)	(20.619)
Debêntures - 6ª Emissão 2ª Série	(116.835)	Variação IPCA	(7.180)	(8.975)	(10.770)
Debêntures - 6ª Emissão 3ª Série	(386.005)	Variação IPCA	(23.699)	(29.624)	(35.549)
Financiamentos - Finep 5º Ciclo	(7.804)	Variação TJLP	(22)	(28)	(33)
Financiamentos - BNDES	(322.107)	Variação TJLP	(16.318)	(20.398)	(24.477)
Redução (aumento)			(77.242)	(96.554)	(115.864)

<sup>(1)</sup> A operação foi originalmente contratada em dólares norte-americanos, porém a Companhia possui uma operação de *swap* conjunta com o objetivo de neutralizar o risco derivado da variação cambial. Desta forma, a operação passa a ser indexada apenas ao CDI, motivo pelo qual o mesmo é apresentado nesta análise.

<sup>(2)</sup> Após análises frente ao cenário econômico e ao lastro do novo valor de reposição dos bens vinculados da concessão, a Sociedade levou em consideração para o cálculo de sensibilidade o custo médio ponderado do capital (WACC) regulatório e variação do IGP-M.

### Risco de Inadimplência

A Companhia reconhece como inadimplência qualquer conta em atraso a partir de um dia após a data do seu vencimento. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo do contas a receber venceu apresentou aumento de R\$ 44.996 quando comparado com 31 de dezembro de 2013. O índice de inadimplência no encerramento do exercício foi de 4,1% (3,9% em 31 de dezembro de 2013).

Para recuperação da inadimplência, a Companhia atua por meio de: (i) programas de renegociação dos débitos pendentes atrelados a garantias; (ii) negativação de clientes em empresas de proteção ao crédito; (iii) corte do fornecimento de energia elétrica, em conformidade com a regulamentação vigente; (iv) contratação dos serviços de empresas especializadas na cobrança de contas em atraso e (v) cobrança judicial.

### Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas através de Audiência Pública e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Elektro justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

### Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

### Risco de mercado

Considerando as condições estabelecidas pelo atual marco regulatório para a contratação de energia pelas distribuidoras, principalmente por meio de leilões regulados pela ANEEL, a Elektro participou ativamente de todos os mecanismos de compra de energia previstos na regulação para a contratação de sua necessidade de energia para 2014. Ainda assim, após os eventos descritos abaixo, a Elektro apresenta uma insuficiência contratual anual de 9,3% em 2014, decorrente da: (i) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2012 em virtude do cancelamento do Leilão A-1 previsto para 2012 e a insuficiência na distribuição das cotas compulsórias provenientes das usinas que aceitaram a renovação das concessões, conforme estabelecido na Lei nº 12.783/13 e Decreto nº 7.945/13; (ii) rescisão contratual dos CCEARs provenientes dos 6º e 7º leilões de energia nova devido à revogação da autorização das usinas pela ANEEL; (iii) pela falta de oferta de energia por parte dos geradores no Leilão A-0, ocorrido em junho

de 2013, que previa o suprimento de energia no período entre julho de 2013 e junho de 2014; (iv) recontração parcial do volume de energia existente para os contratos que terminaram em dezembro de 2013 no Leilão A-1, ocorrido em 17 de dezembro de 2013 e (v) atraso na entrada em operação comercial de alguns empreendimentos de geração, com consequente suspensão da obrigação contratual de suprimento do CCEAR devido principalmente a liminares judiciais, mas também a determinação da ANEEL.

Conforme legislação vigente, esta exposição é considerada involuntária, portanto não implicará em penalidades e seu custo será repassado integralmente dentro dos processos tarifários.

A necessidade de contratação de energia decorrente da insuficiência contratual não suprida em 2013 e 2014, conforme motivos citados anteriormente, foi parcialmente atendida através do 13º Leilão de Energia Existente A-0, que ocorreu em 30 de abril de 2014, com a aquisição de 212 MWmed com início do suprimento a partir de maio de 2014.

Assim, o suprimento de energia para a Elektro foi realizado: (i) 59,2% por meio de contratos provenientes de Leilões de Energia no Ambiente Regulado; (ii) 20,5% da energia compulsória proveniente de Itaipu; (iii) 9,3% decorreram de compras no mercado *spot*; (iv) 2,1% provém de empreendimentos participantes do Programa de Incentivo à Fontes Alternativas (PROINFA) e (v) 8,9% provenientes de outras fontes, tais como Contratos de Cotas decorrentes das novas regras estabelecidas pela Lei nº 12.783/13 e também por compra de energia de Geração Distribuída.

Para os próximos anos, parte do volume necessário para suprir o nosso mercado já foi adquirido em leilões ocorridos em anos anteriores, assim como nos leilões realizados em 2014 e 2015: (i) 19º Leilão de Energia Nova A-3, ocorrido em 6 de junho de 2014, com a aquisição de 5,77 MWmed e início de suprimento a partir de janeiro de 2017; (ii) 20º Leilão de Energia Nova A-5, ocorrido em 28 de novembro de 2014, com a aquisição de 119,98 MWmed e início de suprimento a partir de janeiro de 2019; (iii) 14º Leilão de Energia Existente A-1 ocorrido em 5 de dezembro de 2014, com a aquisição de 27,96 MWmed e início de suprimento a partir de janeiro de 2015; (iv) em 15 de janeiro de 2015 ocorreu o 18º Leilão de Ajuste com a aquisição de 51,3 MWmed, sendo: 4,5 MWmed com período de suprimento de 1º de janeiro a 31 de março de 2015 e 46,7 MWmed com período de suprimento de 1º de janeiro a 30 de junho de 2015 e (v) alocação de novas cotas de garantia física a partir de 2015 devido ao fim da vigência dos contratos de geração principalmente a partir de julho de 2015.

O restante deverá ser contratado através de leilões específicos a serem realizados a partir de 2015, conforme previsto na legislação vigente ou através de outros mecanismos de compra de energia disponíveis.

### **Risco de interrupção no fornecimento de energia elétrica**

A Elektro, com o intuito de minimizar os efeitos provocados por eventual descontinuidade do fornecimento de energia elétrica para seus clientes, atribuídos a eventos não previsíveis, e que atingem sua infraestrutura de sistemas elétricos, atua de forma intensa para reduzir o número de unidades consumidoras afetadas e também diminuir a frequência e o tempo dessas interrupções.

Dentre as ações executadas para diminuir a frequência e o tempo das interrupções, destaca-se a disponibilidade de três subestações móveis próprias que permitem flexibilidade operacional e agilidade no restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. Acrescente-se o investimento na digitalização de 108 subestações (SE), a automação do comando de 1.139 equipamentos em redes de distribuição utilizando comunicação com tecnologia GSM que dispensa o deslocamento de equipes para a execução das tarefas, bem como a implantação de 104 sistemas de auto restabelecimento '*Self Healings*', que transferem de forma automática trechos desenergizados para fontes alternativas evitando desligamentos de longa duração. Esses sistemas beneficiam atualmente 75 municípios e 265.000 consumidores.

Como ações para reduzir o número de unidades consumidoras atingidas, a Elektro mantém consistente programa de manutenção preventiva, atuando em média em 20 mil km de rede por ano, bem como realiza investimentos de melhoria, expansão e modernização como a modernização de 458 disjuntores e a instalação de 2,2 mil km de redes compactas com cabos protegidos, nos últimos 9 anos.

**Risco de racionamento**

A Elektro, por ser uma empresa distribuidora, depende diretamente da energia elétrica que lhe é suprida pelas empresas de geração para atender seus consumidores. A matriz energética brasileira é composta principalmente por hidrelétricas, o que implica em uma forte dependência do volume de chuva incidente nos reservatórios e sua capacidade de armazenamento. Devido a baixa afluência ocorrida ao longo de 2014, inclusive no período chuvoso (a Energia Natural Afluente – ENA do mês de dezembro/14 realizou em 84% da média histórica), atualmente os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste apresentam um baixo índice de volume armazenado (aproximadamente 17% da capacidade). A Companhia espera que seu equilíbrio econômico-financeiro seja mantido, mesmo em um cenário de eventuais medidas de redução, racionalização de consumo ou fornecimento de energia.

**Índices financeiros**

Os principais indexadores dos ativos e passivos financeiros apresentaram as seguintes cotações / variações acumuladas:

Índices	Variação % acumulada nos períodos	
	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de câmbio R\$/US\$ <sup>(1)</sup>	2,6562	2,3426
Valorização (desvalorização) do Real frente ao Dólar	-13,39%	-14,64%
IGP-M	3,69%	5,53%
IPCA	6,41%	5,91%
TJLP	5,12%	5,00%
Selic	10,91%	8,22%
CDI	10,84%	8,17%

(1) Cotação em 31 de dezembro de 2014.

---

**DIRETORIA**

MARCIO HENRIQUE FERNANDES

DIRETOR PRESIDENTE

SIMONE A. BORSATO SIMÃO

DIRETORA EXECUTIVA DE CONTROLADORIA, FINANCEIRA E DE RELAÇÕES COM  
INVESTIDORES

ANDRÉ AUGUSTO TELLES MOREIRA

DIRETOR EXECUTIVO DE OPERAÇÕES

CRISTIANE DA COSTA FERNANDES

DIRETORA EXECUTIVA DE ASSUNTOS REGULATÓRIOS E INSTITUCIONAIS

JOÃO GILBERTO MAZZON

DIRETOR EXECUTIVO COMERCIAL E SUPRIMENTO DE ENERGIA

JESSICA DE CAMARGO REAOCH

DIRETORA EXECUTIVA JURÍDICA

TALITA MENDES MASSON

GERENTE EXECUTIVA DE CONTROLADORIA

WEDSON ROMERO PERES

CONTADOR

CRC 1SP222804/O-9

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**PRESIDENTE**

FRANCISCO JAVIER VILLALBA SANCHEZ

**CONSELHEIROS**

EDUARDO CAPELASTEGUI SAIZ

MARIO JOSÉ RUIZ-TAGLE LARRAIN

FERNANDO ARRONTE VILLEGAS

JUSTO GARZON ORTEGA

JUAN MANUEL EGUIAGARY UCELAY

LUIZ CARLOS SILVA